

# GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 20 de novembro de 1985

## O congestionamento da pauta do Congresso Nacional

Ao mesmo tempo que analisam e avaliam os resultados das eleições municipais, os congressistas enfrentam, desde ontem, uma pauta de trabalhos extremamente compacta, que está marcada para terminar no dia 5 de dezembro, data em que o Congresso entrará em recesso. Isso quer dizer que os parlamentares dispõem contando com hoje, de apenas doze dias para apreciar perto de quinze proposições.

Os assuntos propostos à discussão e aprovação são todos de grande importância: vão desde a emenda que convoca a Constituinte até as reformas tributária e fiscal, passando pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República e o orçamento da União, além do vale-transporte, da diminuição da carga horária para os economistas, a criação de juntas trabalhistas, da equiparação dos salários entre veterinários e agrônomos, do fim da sublegenda e do término da preferência para senadores como candidatos à reeleição, do pra-

zo para filiação dos candidatos, da questão dos subsídios para leitores, do Plano Nacional de Informática e do projeto de "royalties" para os municípios produtores de petróleo. Se sobrar tempo, deverão ainda ser votadas a lei sobre o uso do solo urbano e também a criação de vagas para procuradores públicos.

Não temos lembrança de outra legislatura em que tantos projetos de origem e destinação tão diversas, mas todos importantes, tivessem de ser votados em tão pouco tempo. Não obstante algumas questões econômicas sejam mais prementes do que outras — como o projeto de lei que propõe medidas destinadas a aumentar a arrecadação em até Cr\$ 60 trilhões já no próximo ano —, é compreensível a preocupação governamental com o encaminhamento dos temas de origem institucional. Afinal, o País passa por uma transformação política.

De outra parte, é preciso não esquecer as dificuldades enfrentadas pelo atual governo. Primeiro,

foi a doença que afligiu o presidente Tancredo Neves, mantendo a Nação e suas autoridades na expectativa da melhora de seu estado de saúde. Depois que o político mineiro faleceu, o presidente José Sarney teve de se acomodar ao Ministério que não havia escolhido para em seguida enfrentar o dilema da opção econômica.

Somente em agosto ocorreu a opção pelo crescimento econômico com justiça social e o governo começou a formular seu plano de ação. Em novembro foram realizadas as eleições municipais nas capitais dos estados e municípios considerados áreas de segurança nacional e que não tinham o direito de escolher seus governantes. Com isso, as atividades parlamentares ficaram praticamente paralisadas durante certo período de tempo.

Tais fatores levaram a que a pauta de votação do Congresso Nacional ficasse congestionada de proposições das mais diversas origens, que terminam por repre-

sentar a maioria dos esforços desenvolvidos pelo atual governo tanto no terreno político quanto no econômico e no social. Esses motivos fazem com que a opinião pública de toda a Nação espere dos congressistas, no presente momento, não apenas competência legislativa, mas que também façam um esforço de boa vontade para que todos os projetos tenham o destino adequado ainda neste ano. Este fato certamente poderá aumentar o grau de credibilidade dos políticos.

Cabe reconhecer que o maior problema é a escassez de tempo para desenvolver esse trabalho, tão extenso quanto intenso. Em decorrência, a melhor alternativa no presente momento será, a nosso ver, sacrificar uma quinzena do recesso parlamentar que, de resto, é dos mais longos do mundo, pois tem a duração de 136 dias no ano. Estas razões levam-nos a acreditar que ao final deverá prevalecer a idéia do alongamento das presentes sessões legislativas até o dia 20 de dezembro.